

ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: PERCURSOS EM DIREÇÃO AO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO SÃO PEDRO

Maria Clara Guaragna Schorn¹, Andréa Fachel Leal²

¹ Bolsista de Iniciação Científica (BIC/UFRGS), graduada em Políticas Públicas (UFRGS) e graduanda em Psicologia (PUCRS)
(clara.guaragna@gmail.com)

² Professora doutora do Departamento de Sociologia, PPGS (UFRGS) e PPGPP (UFRGS)
(dea.leal@gmail.com)

INTRODUÇÃO

A atual Política de Saúde Mental busca implementar um modelo de atenção aberto e de base comunitária através da Rede de Atenção Psicossocial para o cuidado de sujeitos que se encontram em situação de sofrimento psíquico. Esta Política, resultado da Reforma Psiquiátrica, sustenta a reestruturação do papel hegemônico e centralizador do hospital psiquiátrico, de forma que a internação hospitalar e as longas internações como terapêutica não sejam mais os únicos cuidados em saúde mental (Lei Estadual nº 9.716/1992 do Rio Grande do Sul e a Lei Federal nº 10.216/2001). A internação psiquiátrica “só será indicada quando os recursos extra hospitalares se mostrarem insuficientes”(Lei Federal nº10.216/2001). A RAPS (BRASIL, 2011), dispositivo de cuidado proposto pela Política, não inclui o Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), local do presente estudo, apesar de ser um caminho de cuidado, como o estudo demonstra. Neste sentido, pergunto: em um contexto pós Reforma Psiquiátrica, no qual o internar é dado como última opção, qual é o itinerário terapêutico realizado pelos sujeitos que internam no Hospital Psiquiátrico São Pedro?

OBJETIVO DA PESQUISA

Conhecer os percursos realizados pelos sujeitos atendidos no Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP). Mais especificamente, compreender como e em que momento as pessoas buscam respostas e ajuda para suas demandas de saúde mental.

METODOLOGIA

Estudo de abordagem qualitativa, com entrevistas em profundidade de cunho etnográfico com nove familiares que acompanhavam os sujeitos que estavam realizando o processo de internação psiquiátrica no HPSP. Foi realizada a análise documental, a partir dos prontuários desses pacientes com a finalidade de compreender os encaminhamentos da rede ao HPSP. O trabalho de campo ocorreu de agosto a setembro de 2016. Esse projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFRGS, sob o número de parecer 1.592.882 e pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Psiquiátrico São Pedro, sob o número de parecer 1.648.731, estando registrado na Plataforma Brasil sob o número CAAE 56057016.5.0000.5347 e o CAAE 56057016.5.3001.5332, respectivamente.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

O estudo demonstrou que existem diferentes dinâmicas e racionalidades que envolvem o mundo social, como as representações do corpo, saúde e doença. Essas, por sua vez, definem como a experiência do adoecimento é experimentada e que tipo de cuidado será acionado (KNAUTH,1991). Questões como o sentido do adoecimento e as opções de cuidado disponibilizadas pela rede foram cruciais para a “escolha” desse caminho em direção à internação. O conhecimento dos itinerários terapêuticos mostrou-se um potente dispositivo de pesquisa para o conhecimento das “escolhas” dos sujeitos e das fragilidades e potencialidades de uma rede de serviços. Identificamos diferentes vulnerabilidades que as pessoas em situação de sofrimento psíquico estão sujeitas que dizem respeito à RAPS, bem como a outras instituições e redes de serviços, sendo resultado de lacunas em termos de políticas públicas. Serviços e dispositivos propostos pela RAPS, serviços de saúde privados, instituições como o Conselho Tutelar, escola e o sistema de justiça, como os atores sociais Juízes, Promotores, Defensores Públicos, policiais e advogados fazem parte desses caminhos em busca de cuidado percorridos pelas entrevistadas e pelos sujeitos que elas acompanhavam durante a internação no HPSP.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. (2011). Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Distrito Federal. Brasil.2011.
BRASIL. Lei Federal nº n 10.216, de 6 de abril de 2001. Lei Federal da Reforma Psiquiátrica. Brasília, DF
KNAUTH, Daniela Riva. Os caminhos da cura. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Ufrgs, Porto Alegre, 1991.
RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 9.716, de 7 de agosto de 1992. Lei Estadual da Reforma Psiquiátrica

